

**ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE POLÍTICAS DE GESTÃO,
DESEMPENHO E COMPETITIVIDADE – CGDC – 29/06/2011**

Aos vinte e nove dias do mês de junho de 2011, no Palácio do Planalto, realizou-se a 1ª Reunião da Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade (CGDC), criada por meio do Decreto Nº 7.478, de 12 de maio de 2011. Estavam presentes os seguintes membros da CGDC: Ministra Gleisi Hoffmann, Ministra Miriam Belchior, Ministro Fernando Pimentel, Sr. Jorge Gerdau Johannpeter, Sr. Abílio Diniz, Sr. Henri Philippe Reichstul e o Sr. Antonio Maciel Neto. O Ministro Guido Mantega não se fez presente e foi representado pelo Sr. Nelson Barbosa, Secretário Executivo do Ministério da Fazenda. Além destes estavam presentes o Sr. Beto Vasconcelos, Secretário Executivo da Casa Civil, o Sr. Luis Padilha, Subchefe de Articulação e Monitoramento, o Sr. Luiz Alberto, Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Públicas Governamentais, o Sr. Ivo Correa, Subchefe de Assuntos Jurídicos, além de outros convidados.

O Presidente da Câmara, Jorge Gerdau Johannpeter, procedeu à abertura da reunião, agradecendo a presença de todos.

Em seguida, a Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Gleisi Hoffmann, também agradeceu a presença de todos e destacou a expectativa da Excelentíssima Presidenta da República Dilma Rousseff quanto à importância da CGDC para a melhoria de gestão no Governo Federal e sua intenção de fazer a abertura da reunião, impossibilitada por questões de agenda.

A Ministra Gleisi Hoffmann expôs que a experiência acumulada dos líderes empresariais da câmara é fundamental na visão de um estado forte, eficiente e com políticas voltadas a quem mais precisa.

O Presidente da CGDC, Jorge Gerdau, apontou que a capacidade de gestão é hoje um dos fatores fundamentais para o aumento da competitividade do país em um mundo está cada vez mais complexo, para empresas e países.

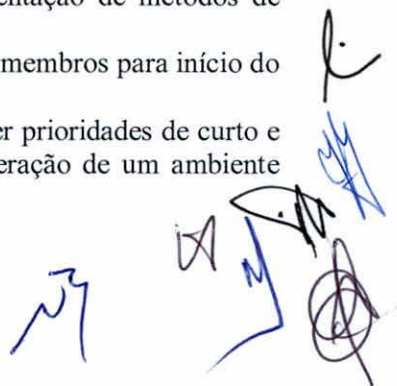
Jorge Gerdau solicitou que a reunião se baseasse nas páginas 3 e 4 do material distribuído antecipadamente aos membros. Na página 3 foi apresentado, de maneira sintética, o que se propõe à Câmara a luz do Decreto assinado pela Presidenta da República. Na página 4, a partir da análise do decreto, era proposto um modelo funcionamento da CGDC com dois eixos – GESTÃO e COMPETITIVIDADE – desdobrados em ações.

A Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior, apontou que a responsabilidade da Câmara é grande, por isso deve ser estabelecido um foco adequado ao prazo de 3 anos e meio, pois não se pode pretender resolver todos os problemas do Estado brasileiro.

Acolhendo a manifestação da Ministra, foi sugerido pelo Presidente da CGDC que fossem passados em análise os eixos e as respectivas frentes de trabalho para, em seguida, serem definidas as prioridades. Complementarmente, Jorge Gerdau relatou os resultados das experiências do Movimento Brasil Competitivo (MBC) nos últimos anos, que constituem antecedentes motivadores e indicativos das possibilidades de implementação de métodos de gestão mais efetivos e eficientes no Governo Federal.

Em seguida, o Presidente da CGDC disponibilizou a palavra aos demais membros para início do debate sobre prioridades.

O conselheiro Antonio Maciel Neto destacou a necessidade da CGDC ter prioridades de curto e longo prazo, para que, no curto prazo, haja resultados rápidos para geração de um ambiente favorável e de motivação.



Na linha das prioridades, o conselheiro concordou com a priorização, no eixo Gestão, das frentes de atuação na Justiça, Saúde, Correios e Infraero. No entanto, ressaltou que a partir de uma análise do orçamento, seria importante a CGDC priorizar também a Previdência devido ao tamanho do ministério e o volume de recursos envolvidos, pois a partir de diagnósticos já realizados, seria possível obter resultados rápidos e de impacto na diminuição dos custos do governo.

O conselheiro Abílio Diniz chamou a atenção para o tempo já decorrido desde a criação da Câmara e corroborou com a necessidade de prioridades e ações de médio, curto e longo prazos.

A Ministra Miriam Belchior resumiu as colocações até então apresentadas, destacando que foi acordado que a CGDC terá definidas ações de curto e longo prazo e que deve-se atentar para seu leque de prioridades. Sugeriu também que além de prioridades setoriais, houvesse ações transversais. Solicitou, ainda, que nesta reunião não fosse tratado o tema "Visão de Longo Prazo e Acompanhamento" na frente de "Governança", pois o Ministério do Planejamento, com sua nova forma de estruturação do PPA, está contemplando o tema e, por isso, seria importante a CGDC discutir o tema de visão de longo prazo e acompanhamento juntamente com a discussão do PPA e seus programas temáticos. A sugestão foi aceita.

Jorge Gerdau, retomando a discussão de prioridades e, especificamente, a proposta de atuação em questões transversais, destacou a dificuldade de aplicação da sugestão devido à articulação com múltiplas lideranças. Trouxe o exemplo de alguns casos que não tiveram o sucesso esperado por não terem uma clara governança do projeto.

O conselheiro Maciel Neto indicou que questões transversais serão de impacto de mais longo prazo e envolvem dois pontos fundamentais: capacitação, para homogeneizar a linguagem e mobilizar os envolvidos; e integração forte dos atores.

Os conselheiros Abílio Diniz e Philippe Reichstul também concordaram com a maior complexidade das questões transversais e destacaram que é necessário um processo de capacitação com atores qualificados e de alto escalão.

Portanto, com concordância dos presentes, ficou estabelecido que será articulado um processo expedito de capacitação de lideranças.

A Ministra Gleisi sintetizou os encaminhamentos até o momento da seguinte forma:

1. Ações para Economia (Qualidade do Gasto) e Ações na Prestação de Serviços, que deverão ser identificadas nas áreas prioritárias. Para isto será feito um levantamento junto às áreas;
2. Ações Transversais – primeira etapa, promover um processo de capacitação para alinhamento de conceitos e que permita que as lideranças participantes identifiquem e proponham frentes a serem atendidas;
3. Impacto na Percepção – Identificar medidas, por exemplo, na gestão aeroportuária, que possam ser imediatamente resolvidas e gerem uma melhoria de percepção do usuário.

Nesta linha foi definida a realização de reuniões com as frentes priorizadas (Saúde, Justiça, Infraero e Correios), quando essas áreas apresentarão ações atuais, as demandas e gargalos nos dois aspectos: Qualidade do Gasto (Ações de Economia) e Melhoria da Prestação de Serviços.

Ficou acordado, ainda, que das frentes priorizadas, a Justiça e a Saúde avançarão para a realização imediata de diagnóstico. Uma vez finalizado o diagnóstico, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que será o responsável pela coordenação do Eixo Melhoria de Desempenho, promoverá a contratação de consultoria especializada em gestão pública para melhoria de desempenho dos órgãos, com foco em gestão por resultados. A Casa Civil e a Câmara de Gestão, Desempenho e Competitividade apoiarão as iniciativas.

Para tanto, serão realizadas reuniões com o Ministério da Saúde e Infraero e com o Ministério da Justiça e Correios. A CGDC, através do Sr. Claudio Gastal, o Ministério do Planejamento, representado pelo Secretário-Executivo Adjunto, Valter Silva, e a Casa Civil, apresentarão um modelo de questionário para facilitar a preparação dos órgãos para a reunião. Este processo auxiliará o levantamento do que existe, o que deve ser acompanhado e o que deve ser implantado.

O Conselheiro Abílio Diniz sugeriu que a CGDC tenha um olhar muito especial com a área de Esportes, pois o Ministro Orlando Silva tem demonstrado sua intenção de incorporar gestão nas frentes que estão sob sua responsabilidade.

Nesta linha, a Ministra Gleisi Hoffmann sugeriu que esta atuação seja iniciada em articulação com o Grupo Executivo da Copa do Mundo (GECOPA). Esta reunião será marcada o mais rápido possível. O conselheiro Abílio Diniz sugeriu que esta reunião seja bem focada em metas, números e planos, cronograma e orçamento.

O Ministro Interino do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa, propôs que fossem identificados exemplos de sucesso que possam ser incorporados na prática e que o material seja distribuído anteriormente à reunião. Sugeriu que os resultados e experiências exitosas do Movimento Brasil Competitivo sejam distribuídos para os ministérios com o objetivo destes identificarem iniciativas relacionadas e ações que podem ser objeto da CGDC. A sugestão foi aceita.

Em relação às ações de capacitação, a Ministra Miriam Belchior propôs que se faça rapidamente a capacitação e integração dos executivos de governo com o objetivo de auxiliar no levantamento do que existe e ações que podem ser objeto de melhoria de gestão.

Foi pactuado entre todos que a atuação da CGDC se dará de maneira semelhante aos Conselhos de Administração das Empresas, com funções claras de acompanhamento, orientação e definição de prioridades.

A Ministra Gleisi apontou a necessidade de implementar ação no curto prazo no Eixo GESTÃO – Governança, sobre o tema de aperfeiçoamento da capacidade de coordenação e acompanhamento para os projetos prioritários do governo.

O conselheiro Jorge Gerdau manifestou que o Movimento Brasil Competitivo aportaria apoio técnico especializado à Casa Civil, sem custos para o Governo Federal, para auxiliar na melhoria das funções de articulação e monitoramento das ações prioritárias de governo. Ficou definida a data de 09 de julho para reunião em que será definida essa ação.

Concluído o debate do Eixo GESTÃO, o Presidente da Câmara Jorge Gerdau fez introdução do próximo tema – Eixo COMPETITIVIDADE.

O Presidente da CGDC abriu o tema manifestando que há um número grande e representativo de organismos setoriais que sabem o que desejam e necessitam no tema competitividade, no entanto não parece haver acordo na definição do que se faz primeiro. Esta deveria ser uma meta da Câmara, buscar propor uma agenda possível.

Conselheiro Maciel Neto também destacou que novamente nessas frentes há questões de curto e longo prazo. Nesse sentido, solicitou que o Ministério da Fazenda e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio expusessem as medidas atualmente em análise.

O Ministro Interino da Fazenda, Nelson Barbosa, relatou brevemente a situação do país, salientou que são prioridades as ações como devolução de créditos (investimento e exportação) e concordou que há questões que devem ser enfrentadas, especificamente quanto a competitividade da indústria, ressaltando que um entrave para ações de desoneração mais arrojadas é a restrição fiscal.

O Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Fernando Pimentel, falou da necessidade de urgência para solução de tais questões, visto que o problema da indústria é preocupante, e a grande discussão para as soluções de desoneração se dá não no mérito, pois todos concordam, mas sim no tamanho do espaço fiscal para implementá-las.

O Ministro reiterou que já há concordância das organizações setoriais sobre a possibilidade de desoneração da folha de pagamento, através do repasse ao PIS/Cofins. Outro ponto refere-se à desoneração de investimentos.

A Ministra Gleisi Hoffmann destacou que na temática competitividade o governo tem uma série de iniciativas que devem ser conhecidas pela CGDC, como por exemplo, medidas institucionais do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), dentre outros. Para isto sugeriu, a exemplo das frentes priorizadas no Eixo Gestão, que o Plano de Desenvolvimento da Competitividade seja também apresentado em reunião extraordinária da Câmara.

Houve a concordância entre os conselheiros de que o sucesso do País levou à necessidade de ampliação do investimento. Portanto, a CGDC deve identificar questões de longo prazo para

Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom right of the page, including a large signature that appears to be "M3" and several other initials and marks.

acompanhar e outras de curto prazo a serem apoiadas, como os temas de importação, exportação e de tributação de investimentos. Encaminhou-se que a CGDC acompanhará o PDC (Plano de Desenvolvimento da Competitividade).

Esgotados os debates deste item de pauta passou-se para o próximo item, referente ao Regimento Interno da CGDC. A Ministra Miriam Belchior e o conselheiro Maciel Neto manifestaram sugestões de alteração à minuta apresentada que serão incorporadas ao texto do regimento, posteriormente reenviado aos conselheiros para aprovação via e-mail.

O item de pauta seguinte tratou do cronograma de reuniões. Ficou mantida a decisão tomada anteriormente entre a Casa Civil e o Presidente da CGDC de que as reuniões ordinárias da CGDC serão realizadas a cada 2 meses, nos meses pares, sempre em uma sexta-feira. As datas já sugeridas serão reenviadas aos membros da Câmara.

Além das reuniões ordinárias, decidiu-se que neste início de operação serão marcadas, de imediato, reuniões extraordinárias, a serem realizadas no mês de julho. Estão previstas as seguintes reuniões extraordinárias: a) Reunião para apresentação do GECOPA; b) Reunião com as áreas prioritárias Saúde e Infraero; c) Reunião com as áreas Justiça e Correios; d) Reunião para apresentação do Plano de Desenvolvimento da Competitividade e e) Reunião com consultoria especializada para auxiliar na organização da coordenação e acompanhamento das prioridades de governo.

Não havendo mais itens a serem tratados foi encerrada a reunião.



Gleisi Hoffmann
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da
Presidência da República



Jorge Gerdau Johannpeter
Presidente da CGDC



Miriam Belchior
Ministra de Estado do Planejamento,
Orçamento e Gestão



Abílio Diniz
Membro da CGDC



Fernando Pimentel
Ministro de Estado do Desenvolvimento,
Indústria e Comércio Exterior



Antonio Maciel Netto
Membro da CGDC



Nelson Barbosa
Representante do Ministro de Estado da
Fazenda



Henri Philippe Reichstul
Membro da CGDC